

### **São Paulo e culturas infantis: a infância dentro dos condomínios**

Ana Júlia Galassi Gobesso<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo

**Resumo:** Neste trabalho, procuramos identificar como aspectos que compõem o contexto físico e cultural de um condomínio na Zona Oeste do município de São Paulo, no Brasil, são interpretados pelas crianças que ali habitam. Consideramos que a atenção para a infância localizada nestes empreendimentos seja pertinente para o conhecimento da dinâmica da cidade, bem como dos modos de vida e das lógicas de relacionamento e moradia pertencentes a esta. A metodologia escolhida para alcançar tal objetivo consistiu na observação do cotidiano vivido no condomínio, na resposta de questionários pelos pais das crianças, na realização de entrevista com as meninas e meninos moradores, e da produção de desenhos pelos mesmos – considerados aqui uma forma de sua expressão cultural, como complementares aos dados coletados. Concluindo, atentamos para as interferências do brincar, da classe social e do espaço na constituição da sociabilidade entre as crianças e o ambiente ao seu redor.

**Palavras-chave:** condomínios, infância, São Paulo (SP)

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). E-mail: [anajobesso@gmail.com](mailto:anajobesso@gmail.com).

## 1. Introdução

Este trabalho é derivado da pesquisa de Iniciação Científica realizada entre agosto de 2014 e julho de 2015 por Ana Júlia Gobesso, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Gobbi (Faculdade de Educação – USP) e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tal projeto, intitulado “São Paulo e as culturas infantis: a infância dentro dos condomínios” procurou descobrir qual a relação entre crianças moradoras de condomínios fechados e a cidade de São Paulo e, a partir disso, identificar algumas das especificidades culturais constituintes dessa infância “entre muros”. Optamos aqui por não reproduzir exatamente as questões tratadas no relatório de pesquisa, mas recortar seu conteúdo e suas constatações.

Uma forte inspiração para este trabalho é o texto “As 'Trocinhas' do Bom Retiro”, de Florestan Fernandes (2004[1944]). Neste, o autor contribui para o estudo do folclore e da sociologia ao descrever as brincadeiras e a organização de grupos infantis que ocupavam as ruas do referido bairro do centro paulistano durante a década de 1940. A partir desta leitura, perguntamo-nos sobre as formas de brincar das crianças contemporâneas e sobre os espaços possíveis para o exercício da infância na São Paulo atual.

Tendo em vista o tamanho e a complexidade do município, fez-se necessário um recorte do conjunto de meninos e meninas que ali habitam para a realização da pesquisa. Optamos pelos condomínios como campo por estarem muito presentes na paisagem paulistana, representando uma forma de moradia bastante utilizada nos dias atuais.

Aqui, entendemos que estes ambientes e suas particularidades constituem relações sociais (entre os moradores e os que estão à sua volta) específicas. Nesse sentido, o olhar sociológico sobre a infância habitante de condomínios instiga a reflexão sobre uma das formas de subjetivação presentes na cidade contemporânea (Saraiva, 2009, p. 8).

O objeto, dessa forma, situa-se em crianças que pertencem a um contexto socioespacial, baseando-nos na ideia de que o meio circundante influi no comportamento das mesmas em relação ao mundo em que vivem – consideramos,

também, que este é construído e transformado pelas crianças cotidianamente.

É importante enfatizar que, nesta pesquisa, há o propósito de reforçar a legitimidade das vozes infantis e fundamentar o estudo social a partir de suas construções sobre e junto ao mundo em que vivem. Isso porque, apesar de reconhecer a influência do meio social sobre os modos de viver, pensar e agir das crianças, consideramos que as mesmas sintetizam o conteúdo externo com que tem contato – e não meramente o reproduzem –, o que legitima sua opinião e direito de opinar sobre o ambiente ao seu redor (Qvortrup, 2011, p. 206).

Dessa forma, “a fala da criança é um fragmento de um enredo mais amplo, ‘que protagonizará com os outros’” (Martins, 1997, apud Nunes & Carvalho, 2007, p. 14). No caso desta pesquisa, o enredo mais amplo é a vida social construída dentro e fora do condomínio por pessoas que ali residem.

O termo “culturas infantis”, presente no título deste trabalho, se refere novamente a Fernandes (2004[1944]) que, ao discorrer sobre as “trocinhas”, utiliza o conceito de “cultura infantil”, o qual diz respeito a elementos exclusivamente compartilhados pelas crianças, com base nas brincadeiras e grupos infantis. Segundo o mesmo, a cultura infantil é “concernente ao segmento da cultura total” (Ibidem, p. 245) partilhado pelas crianças.

Tendo em vista estas considerações, utilizamos ambas as palavras no plural (culturas infantis): apesar de as crianças aqui estudadas residirem em um mesmo complexo, consideramos que a cidade de São Paulo reúne, em seu território, inúmeros grupos com diferenças culturais substantivas. Portanto, mesmo que as crianças aqui tratadas possam se assemelhar culturalmente entre si, buscamos a identificação de elementos que comporiam uma determinada cultura, entre tantas possíveis.

## **2. Percurso metodológico**

A metodologia escolhida para a pesquisa consistiu na observação do cotidiano vivido em espaços físicos de um condomínio vertical localizado no bairro Vila Butantã (Zona Oeste de São Paulo). Contamos ainda com a resposta de questionários pelos pais das crianças participantes e na preocupação em ouvir as meninas e meninos dali pertencentes por meio de entrevistas, bem como promovendo a produção de desenhos – que em tal projeto são considerados

também uma forma de expressão cultural dos mesmos, como complementos à metodologia. Na análise dos resultados, atentamos para as interferências das brincadeiras, da classe social e da relação com o espaço na constituição das relações entre as crianças.

O primeiro movimento para a realização da pesquisa foi o encaminhamento do pedido de realização da mesma para a síndica do condomínio escolhido para a realização da pesquisa, acompanhado do projeto de pesquisa. Depois de a permissão ser concedida, foram entregues, para o zelador, cópias de uma autorização para participação das crianças na pesquisa, a serem encaminhadas para os pais de crianças até 12 anos. Devemos ressaltar que esta pesquisa não é um estudo específico sobre as famílias e que, apesar de o interesse de fato estar na escuta das crianças, o contato e a ciência dos pais eram indispensáveis devido à sua menoridade e a questões éticas.

O condomínio em que fora realizada a pesquisa condiz com as características que Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) utiliza para descrever os “enclaves fortificados”: um espaço privado, monitorado, fechado por altos muros e restrito à circulação de pessoas *estranhas* ao local. Caldeira<sup>2</sup> reforça que, atualmente, a segregação social na capital paulista não mais se afirma pelos diferentes bairros e pelo contínuo “centro – periferia”, mas pelos diferentes tipos de moradia coexistentes em um mesmo distrito (Ibidem). Esta característica pode ser observada na região pesquisada, uma vez que os prédios estudados são igualmente próximos do Jardim São Remo<sup>3</sup> e do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP).

As ruas circundantes a este “enclave” são tomadas por muros e, portanto, sem comércio, o que faz com que os serviços urbanos sejam carentes para aqueles que não dispõem de automóveis para se locomover; inclusive, o transporte público na área é escasso se comparado às regiões mais centrais da cidade. Nos dias úteis, o movimento nas ruas se dá pelos transeuntes, entre calçadas e faixas de pedestre,

---

<sup>2</sup> Seguindo estudos de gênero, este trabalho apresenta suas referências citando o nome inteiro dos autores quando estes aparecem pela primeira vez no corpo do texto e apenas seus sobrenomes nas passagens seguintes.

<sup>3</sup> Próximo ao campus Butantã da USP, este bairro foi formado pela urbanização de uma favela e ainda preserva algumas características dessa forma de habitação (por exemplo, falta de iluminação e de coleta de lixo), como relatam moradores na reportagem “Somos Esquecidos” (Souza & Costa, 2016).

e motoristas, entre semáforos e faixas de ônibus; aos fins de semana ou feriados, as ruas são vazias – de carros, ônibus, motos e pessoas.

O condomínio em questão é um dos dois únicos em vários quarteirões – nestes, predominam (além dos já citados muros), sedes empresariais e estacionamentos. O empreendimento é composto por duas torres e aproximadamente 174 apartamentos, sendo que, segundo informações da zeladoria, em 15 moravam crianças de até 12 anos. Internamente, conta com uma piscina adulta e outra infantil, jardins, quadra recreativa, brinquedoteca, academia e salão de festas<sup>4</sup>.

Assim como sua população, constituída por diferentes classes sociais, por andanças pelo bairro ou pesquisa virtual pode-se notar grande variedade nos estabelecimentos de ensino situados nessa área. A presença de muitas escolas municipais e estaduais, mas também instituições de estudo de línguas estrangeiras e colégios particulares de renome, que contam com boa infraestrutura e altas mensalidades, foi fator importante para a definição do local e objeto de pesquisa, sensibilizando também para a observação da relação e diferenças entre as crianças que compartilham este bairro. A região, como uma colcha de retalhos, é composta por diversos tecidos, o que expõe e explicita as contradições existentes na cidade e nas relações estabelecidas entre todos os que a compõem.

No projeto que deu origem à pesquisa, as perguntas mais relevantes, construídas a partir do já citado trabalho de Florestan Fernandes (2004[1944]), eram: “*onde estão, como brincam e como socializam as crianças hoje presentes nesta cidade?*”. No entanto, a pesquisa deste autor se refere a crianças em outro espaço – a rua; a iniciativa de se conhecer o brincar em espaços fechados como o condomínio deve-se à adequação da temática a um dos estilos de vida presentes na São Paulo atual.

Não notando a frequente presença de crianças no atual espaço público, a hipótese era de que estas estariam em espaços privados, a exemplo dos condomínios, e ali se relacionassem entre si, brincando em conjunto nos espaços

---

<sup>4</sup> Estes espaços também têm seu uso restrito aos moradores (exceto o salão de festas, aberto para convidados) e ficam sempre à disposição destes. As duas piscinas, no entanto, em Outubro de 2014 passaram a funcionar apenas aos fins de semana como prevenção à escassez de água (devido à crise de abastecimento na região metropolitana de São Paulo no ano de 2014).

planejados para tanto, como *playgrounds*, brinquedotecas e quadras, formando cenas passíveis de análise. Porém, observando (comprometidamente com o tema) a movimentação dos moradores infantis, percebemos que o encontro entre os vários meninos e meninas de diferentes faixas etárias que habitam o local nas áreas comuns do condomínio é muito esporádico, senão inexistente.

A atenção para os afazeres dos meninos e meninas até os 12 anos – segundo os critérios estabelecidos na lei 8.069/90 (Brasil, 2002), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, – começou em agosto de 2014 e desde então até dezembro do mesmo ano não foi registrado nenhum momento em que duas ou mais crianças estivessem brincando juntas nos espaços comuns do condomínio.

A maior parte das interações das mesmas com o térreo do condomínio é na condição de passantes (ou seja, que transita, passa e anda por um espaço); como fora observado algumas vezes: correndo da garagem para o elevador. É possível inferir que os espaços são de fluxo rápido, como um corredor que liga ambientes, mas em que não são deixadas marcas. Diante disso, cabe-nos problematizar a questão da ausência de crianças em espaços construídos para elas, o que já é revelador sobre sua relação entre pares e com a cidade.

A dificuldade em observar e acessar as crianças foi responsável por reforçar a questão de onde estão e o que fazem os meninos e meninas dali moradores como problema de pesquisa, mas agora com a hipótese de que estes passariam a maior parte do tempo em ambientes ainda mais privados que o condomínio, uma vez que raramente eram vistos nos espaços a eles destinados no edifício.

Inicialmente, esperávamos utilizar a estratégia de *entrada reativa* em campo, ou seja, no ambiente cultural infantil, esperando que a criança reagisse à presença do pesquisador de forma a desmistificar o usual caráter ativo e controlador do adulto nas relações entre gerações e o considerar um “adulto atípico”, para quem pudesse efetivamente contar aspectos de sua vida social (Corsaro, 2005).

Porém, considerando a dificuldade de observar meninos e meninas nos espaços comuns do condomínio, as técnicas de pesquisa foram alteradas, pois deveriam então operar para que fosse possível não só conhecer, mas encontrar estas crianças.

## 2.1. O questionário

O primeiro movimento nesse sentido foi a elaboração de um questionário a ser respondido pelos pais, o qual foi entregue às famílias que já haviam recebido a autorização para a pesquisa. Apesar de o recolhimento de voz do adulto sobre a infância não ser o objetivo deste projeto, o método do questionário foi adotado para melhor conhecer as crianças e suas famílias, bem como seus horários e costumes, para que a partir disso a pesquisa diretamente com os meninos e meninas pudesse ser operacionalizada.

Ainda, por acreditar que as crianças a serem estudadas estavam em constante relação com estes adultos, conversar com os mesmos e os conhecer seria também uma forma de conhecer as crianças – não dispensando ou diminuindo a importância da escuta e registro das vozes das mesmas, o contato com os adultos é, aqui, um complemento. Para aplicar o questionário, a pesquisadora ligou para todos os apartamentos que constavam na relação que o zelador havia providenciado, buscando *marcar um horário* para entregá-lo. As reações das famílias foram bastante diversas e, apesar de algumas terem dito que não poderiam ajudar, outras mostraram-se bastante interessadas.

Além disso, esta etapa foi interessante para poder afirmar a pesquisa com dados objetivos sobre as famílias. Dos seis questionários de moradores que obtivemos retorno, todos foram respondidos por mães, entre 29 e 39 anos, que vivem com um companheiro, trabalham e ingressaram no Ensino Superior (apenas uma não o completou e duas também têm pós-graduação).

Apresentamos abaixo, sucintamente, os dados coletados através dos questionários retornados - os quais, como dissemos, são referentes a seis famílias, e, portanto, a 10 crianças, com idades entre um e nove anos. A maioria destes meninos e meninas passa a maior parte de seus dias em casa com a mãe, apenas uma passa a maior parte do dia na creche. Oito crianças vão à escola (as duas que não vão têm dois e quatro anos), e quatro frequentam cursos extra escolares (judô, balé, circo, natação e tênis).

Segundo os pais, suas brincadeiras preferidas são realizadas dentro de casa (foram citados *toques de mão* e *“leitura”* de livros, mas também brincadeiras que, no senso comum, costumam acontecer em espaços maiores que a casa, como *esconde-esconde* e *pega-pega*), o espaço térreo do condomínio foi citado apenas em duas, das seis respostas. A maior parte dos pais respondeu que as crianças

brincam mais sozinhas (de carrinho, bola, boneca, entre outros) ou com outros adultos (de cozinha, contação de história, entre outros) do que com outras crianças e que, aos fins de semana, realizam a maior parte das atividades fora do condomínio, mas não na rua (em *Shoppings*, parques ou casas de parentes).

Foi nesta etapa, em que o objetivo primordial era conhecer mais sobre a organização temporal e espacial das famílias, que a pesquisadora pôde ter um primeiro contato com as crianças por meio das visitas, conversas e brincadeiras. Inclusive, foram as reações das mesmas e o seu interesse em participar que incidiram na realização do segundo momento da pesquisa, combinado com entrevistas informais e desenhos – em que foi possível conhecê-las melhor, bem como seus fazeres, andanças e referências culturais.

## **2.2. O encontro com as crianças**

Como sugerido por uma das crianças no momento da visita para entrega do questionário, a pesquisadora realizou uma *atividade* com três crianças na brinquedoteca do condomínio (sendo um menino de três anos e duas meninas, uma de quatro e outra de sete). Reiteramos que apesar de sabermos que são poucas crianças, não consideramos que invalide a pesquisa, pois, além de permitir um contato mais individualizado, permite-nos pensar sobre as metodologias de pesquisa e a importância do campo em sua construção.

A concepção e criação desta situação é uma prática relacionada à metodologia de pesquisa, uma vez que foi pensada a partir da observação do cotidiano do lugar observado e da coleta de informação sobre a rotina das crianças estudadas. Assim, ainda que *artificial* e diferente da primeira estratégia pensada – a já comentada *entrada reativa* descrita por Corsaro (2005) –, cumpre seu papel de campo, uma vez que permitiu a abertura da pesquisa para participação das crianças, de forma que suas vozes pudessem ser escutadas.

Neste momento, a pesquisadora realizou uma entrevista semi-dirigida com as crianças e disponibilizou materiais para que elas desenhassem a respeito de sua relação com o brincar. Os desenhos, considerados um complemento à metodologia, foram conjugados à oralidade, de forma a compreender o percurso de sua produção.



É importante lembrar que esta não é uma pesquisa sobre desenhos, mas a produção gráfica, considerada aqui agente que pode alterar e revelar o cotidiano da criança, compõe a fala das mesmas, afirmando-as como criadoras de cultura (Gobbi, 1999), e opera como *aproximadora* de linguagens entre o meio adulto, da pesquisadora, e infantil, dos pesquisados.

O interesse por esta produção visual e sua importância para compreensão das culturas infantis estão na consideração de que o desenho das crianças é um artefato feito por sujeitos ativos, localizados social e culturalmente, e, portanto, importantes para a compreensão das formas de socialização e simbolismos infantis pertencentes aos contextos estudados (Monteiro & Carvalho, 2011).

Entretanto, como afirma Marcia Aparecida Gobbi (2012), o desenho é uma representação da realidade, e não um retrato da mesma. A não-obrigatoriedade da aproximação do real permite a expressão da subjetividade do desenhista, fazendo com que a chamada *verdade iconográfica* seja uma marca da criança em um contexto histórico e tenha natureza indiciária, estimulando a descoberta de pistas sobre as culturas e períodos em que os desenhos são referenciados.

Optamos, neste trabalho, por encaixar alguns desenhos recolhidos no corpo do texto, de forma a *ilustrar* - sabendo que imagens não são apenas ilustrações, mas contém a subjetividade de quem a produz – os pontos tocados durante a argumentação e reiterar que se trata da voz da criança sobre o ambiente com que tem contato – suas origens sociais históricas e culturais são expressas na produção artística. Em se tratando de uma expressão visual, espera-se que a relação com o espaço e com a cultura possa ser retratada de maneira criativa, sendo a arte um *exercício* para que a criança possa inventar, elaborar e mostrar um pouco de sua relação com o mundo e com as outras pessoas.

Em síntese, durante o encontro as crianças disseram que as atividades que mais gostam são brincar e ver filme. Disseram, aliás, que todas as crianças devem gostar de brincar e que onde mais gostam de brincar é no condomínio e em casa. Percebemos que o *brincar* é algo muito presente em suas vidas e possivelmente incentivado desde muito cedo. Isso faz com que tal atividade seja naturalizada, levando as crianças a incorporarem o discurso adulto que valoriza a importância da brincadeira para o bem-estar e desenvolvimento infantil – sem, no entanto,

Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”  
17 a 20 de outubro de 2016  
GT 7 - Estilos de vida, consumo e práticas culturais

explicarem o porquê. Seguem desenhos em que as crianças retratam o espaço de brincadeira no condomínio:



Fig. 4 – Eduarda (4 anos): *A brinquedoteca e a chuva* – guache e lápis de cor sobre sulfite A4.



Fig. 5 – Helena (7 anos): *Eu brincando no parquinho do condomínio* – guache sobre sulfite A4.

As crianças contaram que têm o costume de brincar uma na casa das outras durante a manhã. Sobre ir à escola, disseram que é chato, “porque não dá pra brincar lá”, só no recreio. E, quando perguntadas sobre os fins de semana, a primeira resposta foi que não brincam umas com as outras e adicionaram que não fazem muita coisa: viajam, assistem filmes, veem TV (foram citados *Disney Channel* e *Gloob* – ambos canais privados) e vão ao *Shopping*.

Em seguida, um desenho retratando um dos brinquedos existentes em um *Shopping* próximo ao condomínio.



Fig. 3 – Francisco (3 anos): *O foguete do Shopping Continental* – guache, caneta hidrocor e lápis de cor sobre sulfite A4

### 3. As culturas infantis

Florestan Fernandes (2004[1944]), ainda em seu estudo sobre as “trocinhas”, destaca a importância do “aprender na rua” para a fomentação de elementos da mesma, o que incide na socialização das crianças e desenvolvimento de sua personalidade. Isso porque o contato com outras crianças provoca uma síntese

crítica do mundo adulto pela percepção infantil, que reorganiza os recursos por meio de que as crianças compreendem o mundo e constrói o indivíduo – assim como as escolas, famílias e igrejas.

O primeiro momento da pesquisa, em que procuramos conhecer hábitos das crianças e não encontramos inter-relação entre vizinhos no espaço comum do condomínio, suscitou o interesse por apreender suas rotinas: a curiosidade era descobrir se, apesar de provavelmente estas crianças não brincarem constantemente em espaços públicos ou comuns, ainda haveria um equivalente ao “aprender na rua”.

Por este termo (“aprender na rua”), entendemos o relacionamento entre crianças que extrapola as fronteiras supostamente seguras e familiares, estabelecidas pelos adultos e em que os estímulos são controlados pelos mesmos, incidindo como elemento externo e efetivo na construção das formas como os meninos e meninas entendem o mundo e a si mesmos e, também, em suas ações – ou seja, na construção de culturas infantis.

As questões que aqui se colocam, portanto, são: as crianças que participaram deste estudo constituem algum grupo infantil (considerando-o grupos de crianças que brincam sem o monitoramento de um adulto e compartilham experiências que incidem em suas formas de agir e pensar)? E, se não, o que constituem de fato os elementos de suas culturas infantis e onde se constroem?

Nesse sentido, cabe observar que a resposta das crianças em relação a brincadeiras com os pais diverge das obtidas pelos questionários por adultos (os pais salientaram atividades como *contação de histórias* e *“faz de conta”*, que não foram citadas pelas crianças). Interessante também foi identificar que as opções de brincadeiras levantadas nos questionários pelos adultos não foram ressaltadas pelas crianças (como cozinha e *“faz de conta”* com fantasias, casinha, de toques de mão e contação de histórias), enquanto as crianças citaram brincadeiras (dentre elas, jogos de mágica e tabuleiro) que não haviam sido citadas pelos adultos. Também, muito do que fora enfatizado pelos adultos como atividades realizadas nos fins de semana (como museus, peças de teatro, cinema, buffet's infantis, jogos no *tablet*) não foi citado pelas crianças.

Portanto, considerando as respostas do questionário e as conversas e de desenhos das crianças, concluímos que, ainda que praticamente todas as relações

entre estas crianças seja monitorada por adultos, os pequenos pensam de maneira diferente, valorizando experiências diversas dos mais velhos.

Neste item, atentamos, ainda, em observar como aspectos que compõem o contexto físico e cultural em que estas crianças se inserem são interpretados pelas mesmas, permeando as falas, desenhos e as brincadeiras. Atemo-nos a três pontos: consumo, relações de gênero e profissões.

Pudemos perceber que a materialidade era muito presente no ambiente em que viviam as crianças estudadas. Em especial, porque na maioria das (poucas) vezes em que foram encontradas brincando no térreo portavam algum objeto, produzido e comprado especificamente para este fim (como bola, boneca, bicicleta e brinquedos para piscina). Ainda, quando a pesquisadora teve oportunidade de visitar os apartamentos, deparou-se com muitos brinquedos (também feitos e comprados para tanto) nas mãos das crianças, em seus quartos, ou mesmo no chão das salas.

Analisando os dados coletados, entendemos também que a própria experiência do brincar, para essas crianças, está relacionada ao consumo material: além de se referir a brinquedos comprados, muitas vezes acontece em ambientes cujo objetivo central e original é a venda de bens materiais, como o *Shopping Center*. Muito citado pelas crianças e pelos seus pais, este local não se desvincilha do caráter de *centro de compras*, mas adquire muitas outras funções, como a socialização e o brincar.

Foi também observado que há compartilhamento de referências sobre filmes e de brinquedos entre meninas e meninos, especialmente entre irmãos – desde artigos como blocos de montar, até bonecas. Indicando que a divisão entre artigos de menino e menina não seria tão estrita. No decorrer do trabalho, porém, pudemos perceber que as crianças se preocupavam em definir algumas atividades como masculinas ou femininas – a exemplo do *dançar ballet*. Entendemos que este seja um dado importante para refletir sobre gênero, ou seja, sobre as convenções a respeito da função social a ser desempenhada por indivíduos dos sexos (aparatos biológicos) masculino e feminino.

Esta construção social é diferente de acordo com a cultura e se relaciona à formação da identidade pessoal e das relações entre indivíduos. Portanto, é fundamental frisar que características que muitas vezes aparentam ser intrínsecas aos homens ou mulheres, “são resultantes de muitos esforços para deixar marcas

distintas nos corpos, comportamentos e habilidades de meninas e meninos”, como apresenta Daniela Finco (2008, p. 1).

As duas profissões ditas pelas crianças como preferidas para brincadeiras foram professor e médico. Essa brincadeira trata-se de um “faz de conta”, em que há concomitantemente a apropriação da cultura *do adulto* pelas crianças e a produção de uma cultura própria das mesmas. Adriana Torres Máximo Monteiro e Levindo Diniz Carvalho (2011) afirmam que o brincar é aprendizado social: meninos e meninas incorporam valores, rituais, normas e formas de sociabilidade por eles observadas no meio adulto à linguagem infantil, recriando estes aspectos.

Entendemos, dessa forma, que a classe social de que as crianças são provenientes têm grande papel na constituição das brincadeiras, pois permite a convivência com adultos que são profissionais de determinadas áreas (como médicos e professores) e com estes ofícios, por meio da família, da escola ou de outras instituições de socialização.

Portanto, podemos “compreender as práticas como produto da cultura dos grupos, um indicador do diálogo simbólico que se estabelece entre mundo exterior (...) e mundo interior dos indivíduos” (Setton, 2010, p. 31), uma vez que traços sociais e de classe são observados em brincadeiras – práticas livres e espontâneas da criança.

#### **4. O uso do espaço**

Teresa Caldeira (2000) analisa anúncios de condomínios fechados publicados no jornal *O Estado de São Paulo* de 1975 a 1995, como forma de descobrir os desejos das classes média e alta paulistanas. Percebe-se que a divulgação dos mesmos é como um “novo conceito de moradia”, de comunidade isolada, prazer e convívio entre iguais, com disponibilidade de serviços e instalações: esta imagem de calma, segurança e independência é oposta à da cidade.

Christian Dunker afirma que “a imagem dessa 'ilha de serenidade' [do condomínio] captura as ilusões de um sonho brasileiro mediano de consumo. Uma região, isolada do resto, onde se poderia livremente exercer a convivência e o sentido de comunidade entre iguais” (2015, p. 47). O autor aponta, ainda, que a lógica do condomínio consiste em excluir o que está fora de seus muros, que são

uma estrutura de defesa: os que estão fora estão sem lugar, enquanto os que estão dentro já se encontram em seu lugar, espaço e posição.

Dunker (Ibidem) propõe que o condomínio, no sentido de enclave fortificado contra a pobreza, representa uma nova interpretação sobre diferença e desigualdade social, uma vez que o objetivo já não é desenvolver os atrasados, mas localizar e conter o resíduo. Dessa forma, os problemas devem ser exportados e sua volta deve ser restringida por barreiras fiscais, fronteiras e regras de circulação.

Considerando a concepção de que infância é uma categoria relativa aos contextos históricos e culturais, é importante considerar que a forma de viver das crianças habitantes dos condomínios está diretamente relacionada não só ao modo de vida dos adultos com que convivem, mas às expectativas que o meio social deposita sobre elas.

O espaço, a privacidade e os mecanismos de vigilância e segurança são fatores valorizados, neste meio, para o crescimento saudável de uma criança, pois permitiriam o desenvolvimento de atividades lúdicas sem a insegurança do movimento do tráfego e do contato com desconhecidos.

A tendência que se observou nesta pesquisa é a extensão da lógica do “enclave fortificado” para além dos locais de moradia, fazendo com que as crianças circulem em redes de sociabilidade que dão sensação de proteção. Os espaços que frequentam, inclusive os destinados ao brincar e ao contato com pares são restritos e privados (como *shoppings* e escolas particulares).

As crianças que convivem nestes espaços, então, não estão expostas ao convívio heterogêneo e imprevisível; pelo contrário, em *Shoppings*, condomínios e escolas particulares, muitas vezes pessoas são *estranhadas* em função de sua cor de pele ou vestimenta. Temos assim que o modo de vida privado, que compreende não só as residências, mas lugares de trabalho, consumo e lazer, torna possível que se viva na maior metrópole do país sem vivenciá-la.

Para fundamentar esta última afirmação, temos, segundo Magnani, que a cidade, para além de admitir e abrigar grupos heterogêneos, funda-se nesta heterogeneidade: "Seja do tipo que for, a diversidade produzida pelas cidades reside no fato de conter tantas pessoas, tão perto umas das outras e ostentando tão

diferentes gostos, habilidades, necessidades, suprimentos e excentricidades” (Jacobs, 1992, p. 147 *apud* Magnani, 1996, p. 25).

A proposta dos condomínios fechados, que, além da elementar garantia de segurança, sugere “um retorno para a natureza, uma vida sem preocupação, plena de lazer na convivência entre semelhantes” (Dunker, 2015, p. 47) é incompatível com as características expressas pela urbanidade. Habitar e frequentar ambientes privados e restritos faz com que a possibilidade de contato com o outro seja muito reduzida, bem como o contato com informações e realidades provenientes de outros lugares.

Desprezado pelos que podem viver e trabalhar em enclaves fortificados, o espaço aberto e público (“de fora”) é deixado àqueles que a ali não têm acesso (Caldeira, 1997), o que valoriza a desigualdade e a separação e rejeita quaisquer princípios de abertura, igualdade, ou sequer conhecimento do outro.

É interessante atentar para a observação de Caldeira (Ibidem) de que o valorizado oferecimento de diversos serviços dentro dos condomínios, entretanto, requer uso de mão de obra doméstica. E que, portanto, o conceito de independência e liberdade das classes alta e média reivindicado pelos enclaves está associado à prestação de serviços por trabalhadores pobres, ainda que esta classe esteja associada à criminalidade que os mais abastados temem.

Essa reflexão sugere que a convivência com o diferente é aceita enquanto o outro (no caso, pobre) é subordinado e não igual. Caldeira (Ibidem) aponta, ainda, o fato de que a separação espacial e social tão efetiva entre os diferentes grupos e classes sociais tem consequências sérias, inclusive política: a não-convivência com o diferente dificulta a condição básica da democracia, que é o reconhecimento do outro como sujeito de mesmos direitos. Uma cidade formada por enclaves, em que diferentes grupos pertencem a ambientes separados e têm demandas incompatíveis entre si, perpetua a segregação e, portanto, não gera condições que conduzam a formas de governo mais representativas.

## **5. Considerações finais**

Alguns conceitos nortearam a metodologia do trabalho, principalmente a compreensão das crianças como atores sociais plenos, dotados de linguagens e



construtores de racionalidades (Sarmiento, 2007). A partir da convivência com sistemas de relações adultos concernentes ao meio social com que convivem, criam e modificam culturas: se apropriam, reinventam-nos.

Estas considerações fundamentam a preocupação em ouvir diretamente as crianças e o interesse em suas interpretações sobre o ambiente circundante, reconhecendo-as como parte constituinte da cidade. Tendo os desenhos como modo de expressão do pensamento das meninas e meninos sobre suas culturas e espaço em que vivem, fora utilizado como um recurso a mais para captar suas "vozes".

A concepção de infância como categoria variável histórica e socialmente, em que também nos baseamos, atenta para o fato de que relação com o ambiente em que se habita e a informação adquirida por meio desta constitui os modos de ver, pensar e agir das pessoas. Assim, as culturas infantis são também mutáveis e construídas a partir da relação dialética das mesmas com o meio macro social.

É importante, portanto, atentar para o uso que as crianças fazem da cidade em que vivem, recriando-a – inclusive, dos espaços dos condomínios fechados concebidos para as mesmas, como forma de compreender melhor as demandas e comportamento das crianças contemporâneas – neste caso, das classes média e alta – e também a sociedade como um todo. É daí advinda a proposta de se conhecer os elementos culturais constituintes das culturas infantis *entre muros* paulistanos que se desenvolveu neste trabalho.

É importante ressaltar, no entanto, que não é possível generalizar os resultados da pesquisa realizada neste condomínio específico para toda a metrópole. A variedade de “enclaves fortificados” existentes na cidade se dá não só pelo aspecto físico, mas também por sua localização – variável esta diretamente relacionada com a renda das famílias proprietárias ou locatárias dos imóveis. Conseqüentemente, variam também os modos de vida das crianças residentes e os espaços por onde circulam.

Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”

17 a 20 de outubro de 2016

GT 7 - Estilos de vida, consumo e práticas culturais

### Referências Bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, pp. 443-464, mai./ago. 2005.

DUNKER, Christian L. **Mal estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2015.

FERNANDES, Florestan. As “Trocinhas” do Bom Retiro: Contribuição ao Estudo Folclórico e Sociológico da Cultura e dos Grupos Infantis [1944]. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 1(43), pp. 229-250, jan./abr. 2004.

FINCO, Daniela. Socialização de Gênero na Educação Infantil. In: **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 2008.

GOBBI, Marcia. Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 43, pp. 135-147, jan./mar. 2012.

GOBBI, Márcia. Lápis vermelho é de mulherzinha. **Pro-Posições**, Campinas, v. 10, n. 1 (28), pp.139-156. 1999.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades** [1961]. São Paulo: WMF Martins. 2009.

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole** - Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP. 1996.

MONTEIRO, Adriana Torres Máximo, CARVALHO, Levindo Diniz. “As coisas que não têm nome são mais pronunciadas por crianças”: Culturas infantis e produção simbólica. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 6, n. 3, pp. 632-657, set./dez. 2011.

NUNES, Angela, CARVALHO, Maria Rosário de. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância. In: **31º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2007.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “Infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1 (64), pp. 199-211, jan./abr. 2011.

SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. **A fábula da metrópole**: a cidade do ponto de vista de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo. 2009. Dissertação de

Seminário FESPSP “Cidades conectadas: os desafios sociais na era das redes”  
17 a 20 de outubro de 2016

GT 7 - Estilos de vida, consumo e práticas culturais

Mestrado -. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R., SARMENTO, M. J. (Orgs.). **Infância (In)visível**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Processos de socialização, práticas de cultura e legitimidade cultural. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, p.19-35, 2010.

SOUZA, Bia; COSTA, Flavio. **Somos esquecidos**. 2016. Disponível em: <http://www.uol/eleicoes/especiais/somos-esquecidos.htm#somos-esquecidos>. Acesso em 2 de novembro de 2016.